

O nacionalismo e seus meandros constitutivos: cooptação de mentes e corações sob o paradigma da Revolução Francesa

João Vitor dos Santos
Universidade Federal do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
joaovsantos146@gmail.com

Vitor Gabriel Bezerra Arrais
Universidade Federal do Piauí
Teresina - Piauí - Brasil
vitorgabrielvga@ufpi.edu.br

Resumo: Sendo a compreensão espaço-temporal que desperta o sentimento identitário nos quadros do “pertencer”, o nacionalismo é ideário que incendeia corações e leva multidões a reconhecerem-se enquanto iguais, sob as bases do conceito capaz de mudar os rumos da História, ainda que sua origem seja um tanto turva. Este artigo, pois, propõe-se a delinear as estruturas que formam o vínculo da cooptação de indivíduos sob ordens genéricas e a posterior quebra desses paradigmas com enfoque nas especificidades culturais que, mais tarde, organizarão comunidades imaginadas correntes ao mesmo propósito, utilizando como ponto de observação um exemplo chave de tal temática: a Revolução Francesa. Fazendo uso, sobretudo, dos pensamentos articulados por Benedict Anderson, os objetivos que competem a esses escritos distanciam-se da lateralidade das abstrações já em curso no século XX, para apresentar a gênese do termo que exhibe facetas políticas, culturais, sensíveis e sua direta relação com o capitalismo desde sua fase primitiva, bem como direciona a reflexão acerca da artificialidade do propósito que passa a comover multidões propriamente quando das insurreições burguesas na França do século XVIII.

Palavras-chave: Nacionalismo. Revolução Francesa. Identidade. Cultura.

Considerações iniciais

*Amour sacré de la Patrie
Conduis, soutiens nos bras vengeurs
Liberté, Liberté chérie
Combats avec tes défenseurs
Combats avec tes défenseurs
[...]
Aux armes, citoyens
Formez vos bataillons
Marchons, marchons
Qu'un sang impur
Abreuve nos sillons*

La Marseillaise, 1789

Do rufar dos tambores e do pulsar estridente das cornetas que despertam os primeiros acordes daquela que certamente é emblemática composição popular de sentimento mútuo ao essencial *pertencer*, faz sobressair a visão de uma multidão acalorada avançando em defesa daquilo que tão singularmente a representa. A plenos pulmões se grita “*Marchez, marchez*” enquanto o estandarte tricolor tripudia sob a brisa dos mesmos ventos que secam o suor dos peitos transpassados nas camisas que, voando livres, elucidam a potência deste mesmo desejo: a liberdade. Acima de suas cabeças, o céu é todo misto de poeira e anúncio da chuva que vem lavar o sangue derramado pelas ruas imundas da velha Paris, possibilitando sentir o cheiro de pólvora queimada que antecede o petricor insalubre. Dos versos da canção se sucede icônicas representações imaginárias de uma Revolução propriamente dita que ecoam nas vibrações de um coral – sim, um coral – que, por excelência, é a singular multiplicidade de vozes regidas sob o mesmo propósito.

O propósito, neste sentido, é o liame que envolve mentes e corações em uma só direção, responsável por promover a intencionalidade dos atos projetados em proporções plurais e do qual é a semente da execução, seja do vibrar das cordas vocais para a performance de um hino, seja no marchar em direção aos símbolos da autoridade; tudo provém daí. Mas como nasce o propósito e, sobretudo, quem rege o propósito que a letra da canção evoca?

Uma das maiores heranças advindas do “breve século XX”¹ é a inevitável associação de eventos históricos a rostos e figuras específicas: é terminantemente indissociável a imagem de Lenin à Revolução de 1917 ou Churchill, Stalin e Roosevelt unidos contra a figura de Hitler, na pura estampa da Segunda Guerra Mundial, por exemplo. Tais rostos são cristalizados como a verdadeira chama que envolve o feito/fato e a ideia de propósito é dirigida a eles como se fossem a bússola que norteia os caminhos para o desenrolar da História, guiando-a tal qual Marianne guia o povo no famoso quadro de Delacroix dos ocorridos franceses de 1830². Entretanto, se o propósito muitas vezes é associado a um ou alguns poucos indivíduos singulares, a postura que envolve as ocorrências desencadeadas diante da queda da Bastilha não projeta figuras que emergem da massa e apontam a direção a ser seguida, mas a massa em si é o personagem que

¹ Utilizando a expressão de Eric Hobsbawm (1995).

² O pintor Eugène Delacroix (1789-1863) foi testemunha das barricadas ocorridas em 1830, em Paris. Utilizando das perspectivas românticas, o artista produziu no ano em questão “*La Liberté guidant le peuple*”, obra popularmente utilizada para ilustrar os eventos revolucionários de 1789, empreitada essa realizada de forma equivocada por não se tratar do levante vulgarmente atribuído.

movimenta essa história e abre as alas do percurso ímpar de toda a temporalidade que “cheira a carne humana” (Bloch, 2001, p. 54).

Se nos movimentos que impulsionam o devir pegamos carona para desenrolar este trabalho, convém localizar o termo que apresenta o sentido de ruptura e o desencadear de novos domínios históricos. Decerto, as abstrações que formulam representações excedidas para além da língua – as quais denominamos conceitos – estabelecem uma conexão entre o fato linguístico e a realidade concreta (Ferraz, 2011, p. 2) mediante a historicidade que atravessam; tanto que Reinhart Koselleck (1992, p. 140) nota que a substância da conceituação pode sofrer alterações, mesmo que a terminologia utilizada permaneça inalterada. O que se resulta das interações sincrônicas e diacrônicas sobre os conceitos são manobras discursivas que imprimem identidade donde e de quando se expressa. Na brevidade da apresentação do conceito de *Revolução*,³ pode-se destacar que até o emergir das luzes da razão do século XVII, o termo referia-se à descrição de movimentos circulares de órbita – bastante utilizado por astrônomos e matemáticos –, mas o insurgir dos conflitos, que remodelam os arranjos principais das bases organizacionais da sociedade moderna até então, rompe com a compreensão dos ciclos e, no apossar do termo, a palavra é utilizada para descrever ou ao menos classificar aqueles eventos, consolidando tal sentido a partir de 1789 (Santos Júnior, 2018, p. 124).

Por *Revolução*, então, captamos este mesmo sentido pós-setecentista e o entendemos como fenômeno de transformações radicais que alteram a ordem político-social vigente, promovendo um distanciamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativas* (Koselleck, 2006 *apud* Santos Júnior, 2018, p. 123). De uma experiência cíclica, como a movimentação dos astros teorizadas nas pesquisas de Galileu e Copérnico, o tecido da História se esgarça no momento da vivência do século XVIII e, à vista dos caminhos incertos que a pena toma ao deslizar sob o papel, “o futuro transformou-se em desafio, em enigma” (Koselleck, 2006, p. 290).

Neste sentido, os eventos franceses de 1789 são movimentos excepcionais dentro das diretrizes históricas não apenas porque são considerados ponto de virada entre eras distintas, todavia porque é um levante de proporções não antes vistas e ocasionadas por agentes não antes imaginados de serem capazes de estabelecer unidade e reivindicar a dissolução da ordem tida como divina em impulsos que fogem à vagareza natural do

³ Apresentaremos o conceito de forma breve, por não ser este o objetivo central deste estudo.

processo, por isso é chamada de revolução – e disso deriva-se a alcunha de divisor de águas temporais.

Não de um cetro ou de uma cabeça coroada se instigou a transformação, tampouco de um “eleito” entre a multidão, mas de um conglomerado outrora obtuso que num novo momento marcha pelas ruas exigindo pão e se amontoa em praça pública para ver o servo mais sublime de Deus perder a cabeça e fazer sua passagem (pelo menos em desejo furioso) ao destinado inferno.

Hobsbawm observa que “a Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento no sentido moderno, nem por homens tentando executar um programa sistemático. E praticamente nem projetou ‘líderes’ do tipo que as revoluções do século XX nos acostumaram, até a figura pós-revolucionária de napoleão” (*The age of revolutions*, p. 80). Mas tendo ocorrido, ela entrou na memória cumulativa da imprensa. A concatenação desconcertante e irresistível dos fatos vividos por seus autores e suas vítimas se tornou uma “coisa” – e com nome próprio: A Revolução Francesa (Anderson, 2008, p. 124).

A aura emblemática que cerca a Revolução de 1789 não reluz tão somente mediante as palavras de ordem e a destituição do absolutismo de Luís XVI. Deveras, o ocorrido carimbado enche os olhos e as páginas escritas das quais aos poetas do momento faltaram verbetes para descrever o misto de horror e glória representativo do marco; é da face invisível, contudo, que se atém a extensão de maior complexidade de toda a questão: a força motriz que impulsionou o desencadear dos eventos. Afinal, o que uniu seres distintos a rebelar-se pelo mesmo propósito? E mais: qual propósito os congregou a servirem de integrantes de um coro ambulante que embalam os passos rumo ao devir?

Certamente, o caráter abrupto das transformações é notável, mas até mesmo Revoluções descendem de contextos favoráveis para que a virada de quadros se aplique de forma extensiva – Revoluções são as filhas rebeldes das gradativas, e já em curso, mudanças temporais. Em 1789, observa-se a natividade de um propósito que regulamenta as ações insurretas, propósito que vem ao mundo aos escândalos da insuportável sensação do ar adentrando os pulmões pela primeira vez. Contudo, é preciso relembrar que antes do corpo formado – ainda que em sua inconsistência primária, mas gerado – este fora antes um embrião que levara muito mais que nove meses para ser gestado, tendo em sua genética os traços nucleicos de um outro propósito que perpetua fora do ventre e que lhe deu condições para sua concepção.

O reconhecimento da Comunidade

Das abordagens modernistas que envolvem o pensar a respeito do nacionalismo, a ideia defendida por Benedict Anderson (2008) de que nações são entidades construídas é compartilhada também por Eric Hobsbawm (1990) e mesmo pelo franco-inglês Ernest Gellner (1993). A linha interpretativa que segue a consonância do pensamento defende a ordem da emergência da nação diante primariamente do espírito nacionalista, ou seja, o fenômeno do sentimento de pertencer é a justa gênese do agrupamento político-territorial moderno e não o contrário – é o nacionalismo que cria as nações, havendo pouca relação desta última na criação ou despertar da primeira.

A teorização da plenitude da condição que unifica a massa, no entanto, se estende por caminhos diferentes, apesar da consideração de que o sentido de lealdade e pertencimento deve envolver mentes e corações em alguma medida. Gellner, por exemplo, entende o fato do nacionalismo a partir da urgência de se estabelecer sintonia cultural e político-organizacional do espaço social qual seja, físico e/ou simbólico, que abarque uma unicidade e todos aqueles que a reconheçam e partilhem de seu conjunto de significados, “da mesma forma, por dedução, todos de uma mesma cultura devem estar dentro da mesma unidade política” (Lopes, 2018 p. 4). Ao poder concedido à administração de tais extensões caberia, portanto, assegurar o funcionamento dele no nutrir do sentimento diante da ação verticalizada de estabelecimento do idioma, espacialidade, religião e outras expressões culturais comuns por meio da intervenção educacional supervisionada pelas autoridades (o que revela êxito do plano somente em sociedades ao menos com seu processo de industrialização já em curso). Gellner, neste sentido, denota à esfera da cultura a possibilidade de consolidação do projeto através do ideal de homogeneização e padronização do viver a unidade política que se constrói. Em suas palavras:

A cultura deixou de ser apenas o adorno, a confirmação e a legitimação de um sistema social mantido também por constrangimentos mais drásticos e coercivos. A cultura é agora o meio necessário de comunicação comum, o elemento mais importante ou talvez, melhor ainda, a atmosfera comum mínima, no seio da qual os membros da sociedade podem, sozinhos, respirar, sobreviver e produzir. Para cada sociedade, tal sistema tem de ser aquele em que *todos* possam respirar, falar e produzir, tem de ser a *mesma* cultura. Além disso, agora tem de ser uma cultura erudita (letrada, mantida pela formação), já não pode ser uma cultura popular ou tradição diversificada, local e iletrada (Gellner, 1993, p. 63 – grifos do autor).

As ponderações de Hobsbawm, por sua vez, discorrem acerca da fragilidade característica das inúmeras variáveis que impossibilitam a homogeneidade social formativa da unidade política. Neste sentido, o propósito que dá liga à visão do sentimento comum, de fato, possui aspectos objetivos próprios ao grupo, como a cultura, o idioma, o território e mesmo a etnia, mas estes desvelam mais “fins propagandísticos e pragmáticos” (Hobsbawm, 2011, p. 15 *apud* Lopes, 2018, p. 7) do que necessariamente pontos seguros e inabaláveis de classificação. Investindo incursão no âmbito da invenção das tradições (Hobsbawm, 1997) que giram em torno das datas festivas, dos significados conferidos aos cerimoniais e da apropriação da memória resultante destas e de outras práticas, suplementa-se as propriedades objetivas – ao passo que também abre outra possibilidade de definição – dando luz aos aspectos subjetivos da esquematização da nação a partir da vontade compartilhada de uma massa expressiva de indivíduos neste empenho, tendo como motriz as raízes do passado histórico (não necessariamente distante) que dão vazão ao sentimento do *querer pertencer*.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9-10).

Assim, na confluência das disposições simbólicas aguçadas pelas tradições inventadas, os indivíduos se reconhecem como pertencentes de uma integralidade semelhante; havendo vontade de formar nação, esta é feita – fenômeno que, apesar de contar com as intervenções de cima para baixo (do poder instituído para a massa), só pode ser entendido verdadeiramente olhado de baixo para cima.

Eric Hobsbawm [no entanto] chega à conclusão de que tanto a *definição objetiva* quanto a *definição subjetiva* de nação seriam insuficientes para que um grupo de pessoas a auto determine. A explicação objetiva, que utiliza critérios simples de caracterização, apesar de conseguirem defini-la a priori, não condizem com a variedade de nações no mundo real. Já a explicação subjetiva, onde para ser uma nação basta considerar-se tal, é muito vaga, impossibilitando uma definição plena. Ele próprio conclui então, que nenhuma das duas definições são satisfatórias (Lopes, 2018, p. 9 – grifos da autora).

Dispondo das aberturas subjetivas que se alinham à cultura, Benedict Anderson observa os fatores da assimilação identitária formadora e formada pelo nacionalismo – máxime a língua e as padronizações ortográficas – como agentes da composição da

soberania do corpo político-social simbólico (o reconhecimento coletivo) que visam a condição geográfica (a nação configurada). Partimos, sob tal perspectiva, ao desenrolar desta empreitada.

Em *Comunidades Imaginadas* (2008), Anderson aponta que os espectros da legitimidade de um sistema monárquico e da percepção temporal, assomados à restrição do acesso a uma verdade ontológica em decorrência de uma língua escrita que assegura a exclusão da maioria a essa verdade da qual a mesma faz parte – sempre sendo salvaguardada pela religião –, foram pilares centrais que sustentaram o propósito regente das estruturas dispostas. Desde a antiguidade, o propósito que atravessa o pensamento e o sentimento da sociedade valia-se do reconhecimento de uma superioridade cosmológica divina que escolhia governantes e que continha em si abstrações profundas que alguns poucos privilegiados teriam acesso, como a tal verdade, por exemplo. Ao “tempo”, por sua vez, tamanha era a digressão com o divino que este tornava-se excepcionalmente alheio ao mundano e ao entendimento vulgar; era a própria autoridade que estipulava a vida, a morte e o intervalo entre elas.

Tudo se concentrava na singularidade de um ponto donde as formatações asseguravam a ordem interna, e então o surgimento do pensamento humanista (sobretudo nos séculos XV e XVI) desestabiliza a camada de valência e, da desordem, a energia que este novo átomo produz com sua chegada irradia a luz que mais tarde iluminará o século XVIII. Mas, antes, é do Renascimento que se abre a fissura que enfraquece “toda a magnitude e poderio das grandes comunidades imaginadas religiosamente, [a qual] sua *coesão inconsciente* foi diminuindo num ritmo constante após o final da Idade Média” (Anderson, 2008, p. 43).

Antes mesmo das projeções iluministas moverem e instigarem o aparato intelectual do indivíduo em sua personalidade – incitando à crítica, à inquietação, ao inconformismo – o quadrante contextual europeu já corre em direção à desestruturação vagarosa da quimera que enlaça a matéria social à comunidade imaginada. A cabo do andar, a expansão cultural-geográfica para além das já esgarçadas perspectivas europeias (Anderson, 2008, p. 43-44) tem sua gênese atrelada tanto ao pensamento humanista (que reflete o semblante estético e epistemológico da antiguidade clássica), quanto ao primitivo capitalismo que move caravelas e naus a mares e oceanos afora. Essa dupla junção dos aspectos racional-cultural e econômico, típicos do momento, retroalimenta-se justificando e dando condições para o frutificar de suas bases, ao passo que também

acabam por promover embaraços à torre de marfim que sustenta o arranjo do corpo comunitário tecido.

O declínio lento e regular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das “descobertas” (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em número sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas (Anderson, 2008, p. 69-70).

O capitalismo editorial que promove a circulação de ideias foi puramente o canal de metamorfose do plano imaginado. A invenção de Gutemberg impulsionou a imprensa a se tornar uma força poderosa que estimula o surgimento de novas perspectivas, pois com os livros, as noções não se restringem a uma única mente ou espaço. De tal forma, as teorias defendidas em Wittenberg não ficaram limitadas à região da Alemanha, tampouco os tratados de etiqueta se restringiram a Versailles. Em máximo, é difícil imaginar o surgimento dessas discussões, e o decorrer de toda uma era, sem que algo as impulsionasse e as tornasse pelo menos conhecidas, assim como é difícil pensar que uma Reforma Cristã baseada na salvação individual pela fé e graça, e no livre entendimento das escrituras, pudesse prosperar em circunstâncias em que a produção literária não fosse uma realidade próxima (Nascimento; Santos, 2024, p. 149).

Assim sendo, na volatilidade das palavras o pensamento transcende o espaço físico da grafia e envolve o entorno palpável do indivíduo, um sujeito que – diante das inquietantes vicissitudes que o rondam – começa a se auto enxergar e, não parando por aí, passa a observar seus pares biológicos e a classificá-los enquanto semelhantes ou diferentes de si – culturalmente falando – reunindo ou distanciando conglomerados humanos sob um novo prisma comunitário potencializado, sobretudo, pela mediação linguística.

Nas oficinas, nas igrejas dissidentes, nas confrarias festivas, o escrito tipográfico está próximo até mesmo daqueles que não podem lê-lo. Manuseado em comum, ensinado por uns e decifrado por outros, profundamente integrado na vida comunitária, o impresso marca a cultura cidadina da maioria (Chartier, 2003, p. 107).

Ao debruçarmo-nos a respeito da leitura na França dos séculos imediatamente anteriores ao alvorecer revolucionário dos decênios finais do século XVIII, nos deparamos com uma crescente valorização dessa cultura escrita que, como exposto por

Roger Chartier (2003), não se detinha apenas da leitura por si só – tendo em vista, ainda, a dificuldade de se obter livros ou da grande parcela não alfabetizada da população – mas de uma galopante difusão, seja em leituras coletivas, em proferir em voz alta aos não-leitores, ou em análises das imagens e cartazes que acompanham os escritos, das ideias existentes nos livros. Além do aprofundamento da dimensão escrita disseminada entre protestantes, esse período em questão punha os nobres e o povo em uma gradativa circularidade cultural⁴ de noções humanistas como as do Renascimento cultural, ainda que a doutrina religiosa fosse bastante presente nos impressos.

Ao longo dos séculos XVI e XVII na França do ainda Antigo Regime, a difusão da imprensa (invenção quatrocentista de Johannes Gutenberg) colaborou para espalhar materiais tipográficos, de escritos e imagens diversos, colocados em casas, estabelecimentos, igrejas, quartos e demais locais, de modo a modificar bastante o contato da sociedade francesa com os escritos – que outrora fora privado, individual, disponível apenas aos mais abastados. Tal mudança fez com que o texto impresso se tornasse familiar e necessário para compreender o corpo imagético atrelado a si, desenvolvendo uma maior alfabetização do público urbano e levando à ascensão de um mercado de caráter “popular” para os livros (Chartier, 2003, p. 113). Ainda com tais aspectos circundantes no ambiente urbano francês, vale ressaltar que a nação da Revolução de 1789 só expande para fora das cidades e campo adentro os livros, folhetins, impressos e suas ideias no mesmo século de seu curso temporal, uma vez que “[...] foi somente no século XVIII que a venda ambulante sairá para fora das cidades, levando para os burgos e os vilarejos sem livraria os livretos azuis – mas também os livros proibidos e os vendidos normalmente nas livrarias urbanas” (Chartier, 2003, p. 124).

Se antes o velho continente cristão não reconhecia as limitações espaciais e promovia união às custas de Deus no efeito de uma só doutrina e da sua palavra proclamada especificamente em latim, a circulação de ideias agora exibia os ferrenhos questionamentos a tal doutrina uma que se apresentavam não com dialeto eclesiástico, no entanto, em língua vernacular – consequente ampliadora do contato do meio geral

⁴ O impresso “popular” tem, portanto, uma significação complexa: por um lado, ele é recuperação para o uso de um novo público e por uma nova forma de textos que pertenciam diretamente à cultura das elites antes de cair em desgraça, mas, por outro, ele contribui para “desclassificar” os livros que propõe, que se tornam assim, aos olhos dos letrados, leitura indigna deles, já que são próprias do vulgo. As estratégias editoriais engendram, portanto, de maneira despercebida, não uma ampliação progressiva do público do livro, mas a constituição de sistemas de apreciação que classificam culturalmente os produtos da imprensa, fragmentando o mercado entre clientelas supostamente específicas e desenhando fronteiras culturais inéditas (Chartier, 2003, p. 129).

com “verdades” outrora restringidas a ilustres privilegiados com o dom do entendimento codificado.

Dos matizes que contemplam a elaboração de um reconhecimento identitário, a classificação e personificação do “outro”, o distante do “eu”, certamente é pedra angular para se promover a união, afinal, nada gera mais proximidade do que a percepção conjunta daquilo que não nos abarca – e isso se tornará base norteadora deste novo propósito de união que se instala pós-Revolução Francesa, principalmente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. A partir do momento em que o latim passa a ser reconhecido como limitante e a língua comum a ser valorizada na circulação dos folhetins impressos pelas balizas do capitalismo editorial, é que o dialeto comum (vernacular) passa a ser o meio de diferenciação e, por sua vez, aproximação de sujeitos. Ao definir os limites do “nós” e dos “outros”, o primeiro grande passo é dado para a formação de respectivas comunidades imaginadas.

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi a interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre o modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana (Anderson, 2008, p. 78).

Comunidade, em linhas gerais, refere-se ao agrupamento de indivíduos que estabelecem inter-relações uns com os outros, dotados de características espaço-temporais e culturais em comum, bem como que desenvolvem ações espontâneas ou calculadas com fins indispensáveis. Contudo, essas mesmas relações estabelecidas não se reduzem à imediaticidade do espaço e da cronologia instantânea, tampouco são destituídas do discernimento e da apreensão das estruturas que envolvem tudo e todos englobados no esquema, inclusive tendo a lucidez das posições fundamentais de cada um no mesmo.

O propósito unitário no *Ancien Régime* pautava-se no cerceamento do olhar para com o espaço geográfico e o espaço temporal – lembremos: estes eram encargos de Deus – evidentemente distorcendo a localização do ser no ambiente e na coordenação deste mesmo tempo que se assenta a zona de convergência do viver. Em escalas de contemporaneidade, o tempo é essencialmente o mesmo, ainda que envolto na pluralidade de corpos vivos nele transitantes. Mas não sendo produto alcançável (dado seu caráter restrito ao divino), o “pensar-se sobre” e o “agir-se mediante”, faz com que os indivíduos se mantenham alheios à passagem cronológica e, por esta venda que lhes cobrem os olhos, são impossibilitados de enxergar e refletir a respeito da coexistência de

si e de seus semelhantes em dimensões que extrapolem o pleonástico defronte adjacente. A circulação de ideias e os escritos que impulsionam o idioma popular, somados à aura acentuada da ampliação de horizontes, no entanto, acabam por fazer emergir, do âmago destes caracteres divinos que agora progressivamente tendem a se humanificar, aquele que talvez seja o maior liame do conjunto de corpos prestes a mergulharem no espírito do propósito sincrônico da autenticação do papel individual e coletivo de um grupo: é tomada a consciência de *simultaneidade temporal* (Anderson, 2008, p. 54).

A consciência temporal que resulta destas sobreposições não apenas estabelece as coordenadas de seus lapsos que possibilitem o olhar para o passado ou projetar possíveis futuros, todavia desnuda a profundidade abstrativa de um presente e das diversas camadas que o compõem, camadas essas que conservam a unidade de uma sociedade pertencente. Todos os integrantes de uma comunidade só dela fazem parte porque participam da teia saber-fazer necessária à harmonia e à existência. O indivíduo absorto destas inter-relações segue como que com antolhos desempenhando sua função, destituído de visões e reflexões amplas acerca da disposição dos elementos que compõem o todo; acaso manifeste-se o verdadeiro olhar para essas condições, a possibilidade de mapear uma identidade própria e projetá-la ao circundante e nas diversas camadas do que o envolve, milhares de semelhantes à si — dos quais não podem nem ver nem contar, mas possíveis de serem imaginados e reconhecidos como iguais dado as similitudes de existência, condições de vida e subjetividades culturais — são admitidos como tal. Daí surge a aglutinação de mentes que são capazes de reconhecer, segundo seus códigos próprios (língua, fazeres e, em proporções mais refinadas, a condição social), que indivíduos distintos podem pertencer à mesma esfera embora não próximas geograficamente, mas com algo maior que as liga; daí o “outro” pode ser definido com maior força; daí o propósito se lança como o espírito coalescente.

Portanto, não é apenas a consciência da localização temporal de que o presente é o interstício da cronologia dividida em três instâncias, mas a percepção de que o momento é por excelência múltiplo e essa pluralidade coexiste paralelamente. Mesmo ultrapassando o alcance dos olhos, a concepção de uma sociedade pertencente é possível, entendida, apreendida, imaginada.

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas

tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles (Anderson, 2008, p. 56-57).

Envolvendo concepções que ultrapassam o âmbito tangível, a apreensão da simultaneidade temporal promove a interpretação de um corpo maior que a singularidade biológica, enfim, desperta a sensação de não se estar sozinho. O indivíduo passa a interpretar o meio como esse conjunto de peças ordenadas e, em condições constantes de fomento acalorado, passam a perceber que são dotados de possibilidades dentro deste intervalo cronológico, portanto capazes de transformações. Não obstante, a incumbência da possibilidade da mudança, nesta configuração, não se coloca frente a um outro integrante da comunidade, mas a cada um deles numa empreitada que tão incessantemente tem sede de combustível que a faça movimentar-se.

Neste sentido, a cabo de interação, o que abarca a diversidade de corpos em torno de um objetivo é o propósito que os une, seja na brevidade de se cantar em coral, seja nas rupturas de se fazer uma revolução, ou ainda, de forma surpreendente, na constituição a priori e a posteriori de uma comunidade. É a intenção, o desígnio, essa vontade que proporciona a vitalidade dos projetos imaginados. Quando essa vitalidade se incorpora nas bases constitutivas imateriais de um grupo de indivíduos, quando artífices culturais como o dialeto próprio e os costumes⁵ estão intrinsecamente aflorados em seu discurso e – pelo discurso – quando se abrem as portas da valorização da identidade deste conglomerado de indivíduos o qual o enunciam ou tendem a cooptar, o que até aqui temos chamado de propósito passa a ser reconhecido como nacionalismo.

Através da História, a Revolução Francesa passou a ser elencada como a mister representação desse sentimento de pertencimento envolvido nos aspectos aqui discutidos, muito porque a força motriz que impulsionou os eventos revolucionários partira especialmente do manancial que abastece e por onde corre o nacionalismo: o povo.

A Revolução Francesa eclode nas comunidades um sentimento de poder individual, onde as pessoas passam a ver seus desejos como o “supremo critério do direito”. Os anseios advindos de adversidades sociais eram naturais e agressivos. De tal espontaneidade, que não precisavam de nenhum superior para unir um movimento. São populares por natureza (Lopes, 2018, p. 2).

A existência da Revolução Francesa mostra-se ainda mais revolucionária a partir da comparação com a própria visão de revolução que se cultivava na época, máxime pela contribuição popular em grau decisivo, daí a perspicácia de se atribuir o sentimento

⁵ É importante destacar a centralidade da questão dos traços culturais nesse aspecto, pois, como afirma Anderson (2008, p. 39): “O nacionalismo surge não de ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam”.

nacionalista à causa, pois o nacionalismo é o que inflama a mobilização social, e isso é a característica primária dos eventos de 1789. A mobilização popular é inegável nas narrativas e documentos, de tal forma que, quando da pesquisa e do estudo acerca do marco, a característica de ter sido um levante propagado pela força da base da pirâmide social é o fator de maior proeminência em proporções que o fato se apresenta como um dos motivos aos quais é dado a ela a função de limite entre a Era moderna e a Era contemporânea. A situação caótica que se encontrava a França dos Bourbons era um misto de grandes bailes, luxo e pompa de Versailles num contraste de miséria, fome, seca e altos impostos assolando o resto do país, o que torna plausível as razões que levam a crer no *start* da percepção popular acerca da discrepância de realidades, em suma, explicada não nas meras “condições gerais da Europa, mas na situação específica da França” (Hobsbawm, 2005, p. 63).

Contudo, se há algo que cerca as decorrências que movem a História, são as continuidades que resistem às inovações. É certo que os processos que caminhavam para a formação do novo propósito unificador estavam a plenos passos e que o pensamento iluminista estava em seu ápice. Entretanto, os códigos basilares estavam incrustados no regimento popular, sendo difícil crer que uma população temerosa à coroa – entendendo-a como representação e retrato da incumbência divina – tenha a fulminantes passos se desprendido de seus juízos consolidados.

Na verdade, se por algum acaso leva-se a crer que somente da mais fidedigna camada popular nasce o nacionalismo e este, por sua vez, põe-se a frente desta parcela e unicamente dela, o nacionalismo oriundo da Revolução Francesa deixa a desejar nesse aspecto, uma vez que não foi inteiramente de um autorreconhecimento da situação que se engatilhou o levante, mas da incitação de uma burguesia que, para defender seus interesses, aguçam a moderna consciência nacional (Lopes, 2018, p. 11), sobretudo, pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

O Estado moderno, embrião oriundo da Revolução Francesa (1789), compreende-se desde então como uma utopia coletiva, acima de toda e qualquer classe social, contribuindo para a união comum de interesses coletivos e um compromisso que todos adquirem desde o nascimento. Ao legitimar uma nova ordem, instaurou noções como igualdade de direitos civis e universais e separação/independência entre os poderes (Santos, 2018, p. 275).

Por mais que os elos do contrato social fossem fortes o bastante para suportar um pacto firmado por séculos, os princípios que conclamavam a população eram por demais irresistíveis, afinal, falava-se principalmente da inconsistência de realidades

latentes ao regime vigente, e a igualdade entre indivíduos era a chave de discursos causadores de sentimentos indomáveis que faziam olhos brilharem.

Ventos de crise, iminentes transformações

As condições sociais, culturais e econômicas vividas na França de 1788, ano imediatamente anterior à Revolução, eram de um crescente agravamento e crise do sistema vigente. A organização secularmente consolidada em uma forte restrição do acesso ao poder, na concentração fundiária, no prestígio e participação social estritamente distinto e imutável pela nascença, na divisão da sociedade em castas ou estamentos eram ainda aspectos preponderantes neste momento. Aspectos esses que se apresentavam de forma exacerbada pela crise duramente sofrida pelo campesinato francês, tendo em vista que a maioria esmagadora desses povos viviam no empobrecimento, na fome, na cobrança arbitrária de impostos e na obrigatoriedade de se sujeitar à força militar nas guerras empreendidas pelo Estado. Esse contexto se destacava violentamente da condição exageradamente luxuosa esbanjada pela aristocracia em seu cotidiano, que elevava os gastos da monarquia absolutista a níveis insustentáveis (Hobsbawm, 2005).

Entretanto, para compreender a criticidade a que se chegava a crise na organização social francesa em 1788, com estopim em 1789, sobretudo na ordem aristocrático-absolutista, estamental e feudal, é necessário tratar dos antecedentes e fatores fundantes desse colapso que se deflagra nas instituições hegemônicas da França. O governante, Luís XVI, que assumira o trono aos vinte anos, em 1774, era um jovem sem muito preparo ou interesse frente aos jogos políticos, debates e bajulações da aristocracia de Versailles. Esse despreparo advém da repentina morte de seu pai, Luís Delfim, criado para ser o verdadeiro herdeiro de Luís XV. As inesperáveis circunstâncias vivenciadas pela monarquia fazem parte do que Nicolau Maquiavel (2004) em sua obra *O Príncipe*, referencial máximo para a governança de monarcas absolutistas, chama de *fortu*, o que poderia ser traduzido para fortuna ou sorte, condição disposta dos meios para um bom governo; dependente do acaso.

É fato que o último Bourbon, desde as questões anteriores a assumir o trono até a sua deposição em 1792 pela Revolução, não dispunha de *fortu*. Os endividamentos por guerras e as dificuldades de colheita sofridas na França já se apresentavam para o jovem rei como difíceis quebra-cabeças que ele deveria resolver. Porém, há outro conceito de

Maquiavel (2004) que nos ajuda a entender a impopularidade que leva à queda de Luís XVI, a *virtu*. Este entendimento refere-se às habilidades do déspota de governar, à astúcia, inteligência e flexibilidade de criar meios para usurpar a *fortu*. A incapacidade do rei de resolver as querelas sofridas pelo povo, a fome, a miséria e as fúteis guerras e luxos aristocráticos, que enchiam o Estado francês de dívidas, provocavam um risco de declínio do absolutismo por exigência popular.

Fazendo uma contextualização histórica do que é apresentado por Perry Anderson (2004), a formação do Estado Absolutista, que de fato já previa um conjunto de meios para a sua burocratização, a diplomacia entre relações internacionais, a militarização economicamente dada e uma definição geográfica-espacial precisa e em disputa das nações, não compreende, conquanto, o fim do sistema feudal, de continuidade do Antigo Regime. A sociedade estamental, que não elencava direitos ao Terceiro Estado, mantinha ainda, a toda pungência, os esmagadores privilégios nobres e clericais. Frente a essas persistências das forças antigas, uma inovação de pensamento emerge na Europa, o Iluminismo, que percebe os valores vigentes como antiquados.

Em adicional a isso, as efervescentes mudanças nos âmbitos culturais, intelectuais e científicos davam ares de obsolescência ao regime monárquico absolutista, que deveria ser substituído pelo que houvesse de moderno, inovador e operado por setores mais abrangentes do corpo social. É verídico que o Iluminismo foi, a seu modo, aproveitado como meio de manutenção sistêmica pelos déspotas do século XVIII, então ditos esclarecidos. Todavia, todo o complexo de ideias que presumia este movimento era um tanto mais voltado à coisa pública e às formas de governo que limitassem poderes autodeclarados inquestionáveis. Ou seja, ainda que o despotismo esclarecido fosse apropriado por grande parte das nações europeias no século das luzes, seus pressupostos voltados para a liberdade, o cientificismo e a negação do passado de “trevas” herdado pela Igreja e pelo poder régio conferiam ao juízo absolutista uma crescente deslegitimação e efemeridade.

Além disso, é crucial lembrar que o ano de 1788 e suas décadas antecessoras foram marcados pela processual emergência de uma nova classe social na França, a burguesia. Formada por mercadores que concentravam sua produção e comércio às margens dos feudos, a burguesia se aproveitara da formação de um Estado Nacional e da unificação de pesos, moedas e medidas para organizar e acelerar seus excedentes de produção e distribuição de bens, com foco no seu enriquecimento. Tal contexto punha em voga a insurgência de uma sociedade voltada à materialidade em detrimento da

moralidade nobiliárquica – ou, ao menos, mais do que a sociedade francesa anteriormente fora. Por conseguinte, como nos aponta o pensamento de Norbert Elias, a dita classe média passa a buscar se *enobrecer*, comprando títulos, ao passo em que a aristocracia se *aburguesa* ao demonstrar suas posses e poder material (Machado; Gomes; Tomé, 2018), o que se tornará ainda mais visível no século XIX. No entanto, como já explicitado, a força clerical, nobre e feudal vigorava, ainda, como hegemônica na França do ano 1788. Nesse sentido, as disputas políticas e a busca burguesa por um espaço igualitário à aristocracia confluíram com a necessidade crescente de revolta popular, provocada pela potencial miséria campesina.

Em um sistema que não a representava, a burguesia via como urgente o fim do absolutismo e do poder hegemônico imposto pelos nobres. Essa visão não previa, entretanto, a busca por emancipação social e econômica popular, buscando, apenas, permitir liberdades individuais, a propriedade privada e a constitucionalização da organização social sobre leis, normas e diretrizes que equiparassem ou, na verdade, sobrepusessem a classe média aos demais grupos. Entretanto, como mostra Hobsbawm em *A Era das Revoluções* (2005), a Grande Revolução acabou por admitir, pela vasta amplitude de grupos agora visíveis e participativos de disputas, projetos políticos bastante distintos, sem uma linha política organizada ou estruturada. Pela maior parte da burguesia, representada pelos girondinos, era buscado um reformismo constitucionalista que não provocasse transformações nas condições dos trabalhadores franceses. Pelos grupos mais populares, de camponeses e trabalhadores, eram almejadas melhorias em suas condições de vida – tendo em vista a violenta miséria que viviam –, conquista de direitos e participação política, sob uma ótica mais radical da revolução. Estes aspectos estavam definitivamente mais presentes nos discursos e reivindicações dos jacobinos, aliados ao republicanismo radical/democrático, essencialmente contra o poder régio.

A partir de todo esse contexto social, político, cultural e econômico favorável e, na verdade, de forma urgente, os burgueses puseram em continuidade a Revolução se aproveitando, obviamente, do quesito prático revolucionário e nacionalista construído pelas classes baixas, que insurgiam em momentos marcantes como a Queda da Bastilha e a conhecida Fase do Terror. Dessa forma, os ideais liberais-burgueses impostos na Inglaterra em seu âmbito econômico se manifestaram na França no quesito político-social. Destituiu-se, então, o rei Luís XVI – que perdera intensamente o prestígio e legado

hereditário do rei-sol Luís XIV – dando espaço para uma nova ordem, a ordem da coisa pública; *La Republique*.

Entre o soar das trombetas e o vibrar das baionetas: a imagem do povo

De forma lógica, necessária é a reflexão acerca das concepções de liberdade de cada tempo-espaço para que não se afogue em anacronismos, pois ainda que a literatura romantize os ares luminosos da razão soprando nos quatro cantos da Europa, é de se atentar ao fato da constante restrição de contato com tais pensamentos no caso de um continente que – por mais contínuo que se apresentasse os primeiros passos da produção de conhecimento e a distribuição deste – também era essencialmente analfabeto, com pessoas que sentiam maior desconforto com a fome se comparados com a sobreposição do mal da ignorância.

Assim, se a ideia podia ser comprada, a liberdade sozinha não supria necessidades do momento. A igualdade, no entanto, prometia que recursos fossem usufruídos por todos de forma assegurada pelo amor fraterno que seguia como terceiro pilar fundamental: no tocar da paz e do pão (o que eram considerados privilégios) faz-se entender claramente como esses discursos talvez tenham encantado não apenas corações, mas barrigas vazias, barrigas cidadãs, e, ora, o que é cidadania – no mais vulgar das abstrações – se não a propagação de direitos e reconhecimento de paridade entre todos e todas?

A realeza organiza tudo em torno de um centro elevado, sua legitimidade deriva da divindade, e não da população, que, afinal, é composta de súditos, não de cidadãos. Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra (Anderson, 2008, p. 48).

A complexidade que surge em torno da questão é que não apenas corações e barrigas vazias são envolvidas à mera ludibriação, seria prepotência do nosso tempo desqualificar o raciocínio que envolve a promoção de *status* que confere a condição de súditos aos cidadãos. A criação da ideia de nação – enquanto entidade que converge identidade e igualitarismo – não aconteceria se não fosse pela capacidade de indivíduos discernirem e compararem as duas posições. *Pari passu* aos fomentos de uma burguesia que visa defender seus interesses está um povo consciente e desgostoso. Decerto houve

quem tomasse a frente e falasse mais alto, houve quem utilizasse do sentimento de revolta para com a fome, a negligência e a discrepância de realidades para fazer do limão uma limonada – ou, se nos permitem o trocadilho, do trigo alguns brioques – e quase sempre estes eram argumentos inflamatórios utilizados justamente pelos representantes do Estado emergente para dar volume ao movimento. Mas o caso não se encerra apenas no discursar – a Revolução aconteceu não essencialmente pelos que falaram, mas por aqueles que entenderam o que fora enunciado e se propuseram a sair nas ruas e mudar os rumos da história, literalmente, com as próprias mãos.

O espírito do discurso que arregimentava indivíduos sob o propósito do *Liberté, égalité, fraternité* variava em tons antiabsolutistas de maior ou menor grau de radicalidade. No entanto, o fundo político-econômico é que se apresenta com maior intensidade sob análise pragmática. Questionar a autoridade de um rei (o representante legítimo do divino) em nada tem relação com o amor ou com quaisquer sentimentalismo, é ação eminentemente fundamentada na sensatez, porém, o ser humano – esse sopro da natureza dotado da racionalidade – é movido também por paixões, de modo que não apenas a razão que envolvia o momento foi necessária para dar vazão à fé e à efetiva realização dos atos, mas o arco maior de cunho emotivo teve papel central na constituição da Revolução, do ser revolucionário e do propósito que cerca o agente e a causa.

Ao falar sobre a Revolução Francesa, o ideário político das condutas práticas atreladas à racionalidade parece não dar espaço para essa semente de paixão vingar e ver a luz do sol. Foi necessário, pois, regar um sentimento para que o *locus* vago pudesse ser preenchido com hipóteses que ultrapassassem a frieza das concepções políticas. A água com que se rega, no entanto, não se atém à fluidez inodora, insípida e incolor da matéria convencional, mas tem gosto, cheiro e cor de uma identidade que projeta futuros (nação) reunida em torno de símbolos, signos e apurada através da sensibilidade da Arte, visando estratégias arbitrárias que captam a atenção de um povo e irradiam estima à nação – esta, máxime, enquanto unidade humana.

Valendo-se da tradicionalidade e dos aspectos próprios de um povo, a simbologia que excita os corações, que gera clamor único, movimenta o sentido da revolução e alenta as faces horrorizadas com sua passagem, é combustível e anestesia da força que avança em prol da macroestrutura que envolve pessoas e projetos de futuro. É, por excelência, a imagem de seu passado e presente exalando as bases constitutivas comuns e reconhecíveis por todos, num apelo emocional hercúleo tanto em decorrência dos estandartes, da música, da literatura, da arte cênica basear-se no folclorismo singular

(Anderson, 2008, p. 116), quanto da incrementação arbitrária dos acordes, das falas dos textos épicos e das atmosferas que tocam profundamente todas as extensões de um ser e da própria visão a respeito de sua representação para com a nação e da nação para consigo.

De 1789, *La Marseillaise* evocava ordens de um futuro, e sendo caracteristicamente cantada em sobretons vocais, abria espaço para quem quisesse entrar naquele coro, perpetuando e ultrapassando o tempo, inspirando os séculos sucessores ao carregar as marcas de um pretérito histórico que emerge na guerra e na paz, antecedendo tragédias e datas gloriosas (Ramos, 2006, p. 55).

Quando da França se trata, ouvem-se as estrofes vibrantes, belicosas, redentoras, da “marselhesa” e adeja o estandarte tricolor, frutos directos da Revolução que matou Luís XVI e abriu as portas à ideia de liberdade, um dos legados mais perenes dessa mesma revolução, a par das ideias de igualdade e fraternidade e bem assim de ideia nacional na época contemporânea, isto é, nos séculos XIX e XX (Ramos, 2006, p. 55-56).

Numa via de mão dupla, a arte alicia a construção de um momento e o sentimento histórico ao passo que também é influenciada por este, tornando-se “armas revolucionárias” (Hobsbawm, 2005, p. 256). Nos correspondentes à Hungria, Rússia e Alemanha, por exemplo, as óperas e a literatura articulam a personalidade cultural que se entranha à causa nacionalista ao tempo que absorve as novas composições estruturais nas produções consequentes. Caso emblemático é, na França do ardor da Revolução, o libreto e encenação coreográfica de *La fille mal gardée* (1789)⁶ que, apesar de não exhibir diretamente a filosofia intrínseca às contestações do *Ancien Régime*, apresenta como tema central não mais o meio palaciano, mas aquilo que estava em evidência nos fins do setecentos, o ambiente camponês, retratando a vida longe da corte, o que servirá de inspiração para diversos outros repertórios ao longo do século XIX – esse mesmo oitocentos que apreende com maior força a missão de exacerbar o sentimento nacionalista em suas mais variadas facetas ao redor do mundo, reafirmando um compromisso de fortalecer novas comunidades imaginadas como aquela que nasce com a queda de um regime coroado e que lança as bases com que se pensará a respeito dos ocorridos de 1789 de modo passional e triunfante.

É bastante natural que este nacionalismo encontrasse sua expressão cultural mais óbvia na literatura e na música, ambas artes públicas, que podiam, além disso, contar com a poderosa herança criadora do povo comum – a linguagem

⁶ *La fille mal gardée* é um ballet em três atos com libreto e coreografia original de Jean Jacques Noverre. Considerado o ballet de repertório mais antigo ainda em plena remontagem, teve sua estreia em 1789, em Bordeaux, na França.

e as canções folclóricas. [...] A ópera italiana floresceu, como nunca, mais como uma arte popular que cortesã, enquanto a pintura italiana e sua arquitetura morriam. É claro que não se deve esquecer que estas novas culturas nacionais estavam limitadas a uma minoria de letrados e às classes superiores e médias (Hobsbawm, 2005, p. 355-356).

Dos anos 1800, a França revolucionária passa a ser projetada na História enquanto berço desse sentimento vibrante que caracteriza o nacionalismo. Este século, movido pelas aspirações burguesas e defronte das novas repúblicas que se lançam, guardam na Revolução Francesa o símbolo do propósito que rege o novo modelo de sociedade enquanto apoiam-se nele para novamente defender seus interesses políticos, econômicos e sociais, cooptando mentes e corações que lutam por eles sob o codinome de “nação”.

A mente se assegura pelo tom do discurso que promete – ainda que em novos lemas – os mesmos projetos de igualdade, liberdade e fraternidade: o coração se conquista pelo som de Chopin, pelas poesias de Pushkin, pelos ballets de Petipá; e à História resta o questionamento que fica a respeito da veracidade de um povo que se move por uma assombrosa emoção quando da marcha sobre ruas que os transformam em soldados do tempo, ou quando da queda das guilhotinas que deceparam a única forma de governo até então conhecida, rasgando cortinas e pondo-se a mostra um futuro mais que incerto.

O romantismo oitocentista cuidou para que acreditássemos e nos apaixonássemos por tal narrativa ao ponto de beirar guerras entre comunidades imaginadas “oponentes” em conflitos movidos por paixão, ordem e valores, e por sensações avassaladoras pelas quais acredita-se que por elas valesse a pena morrer. Mas não estaria o século XIX tentando deturpar a história com lirismos? Bom, ainda que os ecos das respostas que confirmam tal suposição se façam presentes, não há narrativa alternativa que se sobressaia ao sentimentalismo e ao tal do pertencimento: esta é a memória consolidada, a cristalização do sentimento nacional; e enquanto a marselhesa tocar, há um coro sempre a cantar “*Marchez, marchez*” incansavelmente.

Considerações finais

Destarte, o epílogo do século XVIII, das luzes, previa nos corações e mentes franceses a inovação, a transformação de mazelas sofridas pelo povo e a conquista de poder almejada pela burguesia. Ainda que o termo revolução designe mudanças abruptas, repentinas, radicais ou de profundidade estrutural, notamos o caráter processual e

gradativo da construção das bases para a Revolução. O uso das artes, da ciência, da filosofia e de paradigmas inovadores aos moldes renascentistas desde o século XVI são indicativos do declínio de uma ordem que impunha às comunidades obediência e servidão incontestes. O exercício de poder absoluto pelo rei orientado por suposta ordem divina já não se conciliava ao humanismo, à ideia de igualdade, de universalidade e racionalidade que circulavam entre a sociedade francesa.

Por tais motivações pode-se compreender a derrocada do Antigo Regime francês. Uma vez criada a valorização do nacional, uma vez proclamada por milhares de vozes a marsehesa a quem interessasse ouvir, uma vez que o povo estivesse nas ruas em busca de liberdade, igualdade e fraternidade, contra suas condições de fome, miséria e exploração, dificilmente acreditava-se que voltaria à tona o direito de governo pela hereditariedade ou pela conexão com o divino. Estavam em disputa política perspectivas que orientavam a direção e o horizonte estratégico de um povo, ideais que poderiam conduzir a nação francesa ao progresso, não enquanto império uno, desigual e enriquecedor de um restrito estrato aristocrático, mas rumo à igualdade e civilidade – no sentido de conferir ao seu povo a alcunha de cidadãos (*civis*), não de súditos, que coletivamente construiriam algo maior, que os unisse enquanto comunidade imaginada e proporcionasse a sensação de pertencimento e a prática da representação política.

Em suma, a Revolução Francesa de 1789 foi um ponto de virada crucial na história mundial, marcando o fim de séculos de monarquia absoluta na França e o início de uma era de mudanças políticas, sociais e culturais profundas. O nacionalismo, ponto aqui explanado, é molde que passa a ser difundido para e pela Revolução mundo afora das terras francesas, ocasionando diversos usos e abusos de seu significado sociocultural por grupos políticos distintos. Ao longo de tal evento histórico, testemunha-se a ascensão do Terceiro Estado, a derrubada dos privilégios nobiliárquicos e a disseminação da tríade dos sonhos da modernidade (*Liberté, Égalité, Fraternité*). As artes – poesia, literatura, música, dança e pintura – foram atos basilares para a difusão de tais noções e sentimentos que mergulharam profundamente nos corações franceses. Desse modo, e ao evocar-se mitos, heróis, diversas figuras representativas, conexões imaginadas entre as comunidades e pertencimentos comuns que unem um povo mesmo em sua diversidade, edifica-se o nacionalismo, que nesse contexto opera pela transformação das estruturas sociais francesas.

NATIONALISM AND ITS CONSTITUTIVE INTRICACIES: CO-OPTATION OF MINDS AND HEARTS UNDER THE PARADIGM OF THE FRENCH REVOLUTION

Abstract: Being a spatio-temporal understanding that awakens a feeling of identity in the framework of “belonging”, nationalism is an ideal that sets hearts on fire and leads crowds to recognize themselves as equals, based on the concept capable of changing the course of History, even if its origin is somehow blurred. This work, therefore, proposes to outline the structures that form the link between the co-optation of individuals under generic orders and the subsequent breaking of these paradigms with a focus on cultural specificities that, later, will organize imagined communities resulted of the same purpose, using as a point of observation a key example of such a theme: the French Revolution. Making use, especially, of the thoughts articulated by Benedict Anderson, the objectives that is up to these writings distance themselves from the laterality of abstractions already underway in the 20th century, to present the genesis of the term that displays political, cultural, sensitive facets and its direct relation with capitalism since its primitive phase, as well as directing reflections about the artificiality of the purpose that began to move crowds during the bourgeois insurrections in 18th century France.

Keywords: Nationalism. French Revolution. Identity. Culture.

EL NACIONALISMO Y SUS LÍNEAS CONSTITUTIVAS: COOPTACIÓN DE MENTES Y CORAZONES BAJO EL PARADIGMA DE LA REVOLUCIÓN FRANCESA

Resumen: Al ser una comprensión espacio-temporal que despierta un sentimiento de identidad en los marcos de la “pertenencia”, el nacionalismo es una ideología que enciende los corazones y lleva a las multitudes a reconocerse como iguales, a partir del concepto capaz de cambiar el curso de la Historia, incluso si su el origen estará un poco borroso. Este trabajo, por tanto, se propone delinear las estructuras que forman el vínculo de la cooptación de individuos bajo órdenes genéricos y la posterior ruptura de estos paradigmas con un enfoque en las especificidades culturales que, más tarde, organizarán las actuales comunidades imaginadas con el mismo fin. Tomando como punto de partida la observación del ejemplo clave de la temática: la Revolución Francesa. Haciendo uso, sobre todo, del pensamiento articulado por Benedict Anderson, los objetivos que compiten con estos escritos se distancian de la lateralidad de las abstracciones ya en marcha en el siglo XX, para presentar la génesis del término que presenta temas políticos, culturales, facetas sensibles y su relación directa con el capitalismo desde su fase primitiva, así como orientar la reflexión sobre la artificialidad del propósito que comienza a mover adecuadamente a las masas durante las insurrecciones burguesas en la Francia del siglo XVIII.

Palabras clave: Nacionalismo. Revolucion Francesa. Identidad. Cultura.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 09-41.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. Estratégias editoriais e leituras populares (1530-1660). In: CHARTIER, Roger. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 91-129.

FERRAZ, Paula Ribeiro. A história dos conceitos e sua relação com a história política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simpósios-anpuh/32-snh26>. Acesso em: 04 jul. 2024.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Tradução de Inês Vaz Pinto. 1. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. A revolução Francesa. In: HOBBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Santa Efigênia, São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 83-113.

HOBBSBAWM, Eric J. O nacionalismo. In: HOBBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Santa Efigênia, São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 189-205.

HOBBSBAWM, Eric J. As artes. In: HOBBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Santa Efigênia, São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 351-382.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9-23.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LOPES, Marina Carvalho. **Nação e Nacionalismo: uma revisão bibliográfica**. 2018. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21789>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; QUADROS, Raquel dos Santos; TOMÉ, Dyeinne Cristina. Pensando com Norbert Elias: a construção do conceito de civilidade. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 14, n. 2, 2018, jul.-dez, p. 448-464. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/29/showToc>. Acesso em 30 dez. 2023.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 3ª ed. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SANTOS, João Vitor dos. Da invenção do Renascimento: as querelas do nascer da Idade Moderna europeia. **Revista Historiador**. n. 16. Porto Alegre, 2024, p. 135-154. Disponível em: <https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/288>. Acesso em: 20 jan. 2024.

NETO, Manuel Domingos; MARTINS, Mônica Dias. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 1, jan./jul. 2006. p. 80-111. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/742>. Acesso em: 19 jan. 2024.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. Claros e escuros do movimento europeu das nacionalidades (século XIX). **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques**. Porto: Universidade do Porto, 2006, vol. 3, p. 53-63. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/8664>. Acesso em 19 jan. 2024.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 144, p. 151-180, jul. 2001. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n144/a05n144.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. Teorias sobre nacionalismo: um debate conceitual e teórico das relações entre nação e história. **Veredas da História**, [online], v. 11, n. 1, p. 273-284, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47905/26104>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Jaime Fernando dos. A emergência do “moderno” conceito de revolução. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 26, 2018, p. 122-147. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1300>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SOBRE OS AUTORES

João Vitor dos Santos é graduando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/HISTÓRIA/CMPP).

Vitor Gabriel Bezerra Arrais é graduando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/HISTÓRIA/CMPP).

Recebido em 31/03/2024

Aceito em 04/10/2024